

Casa do Sertão: Museu, Identidade e Território

Casa do Sertão: Museum, Identity and Territory

Claudia Roberta Lima Carvalho e Lima*

José Raimundo Oliveira Lima**

Palavras chave:

Museu

Identidade

Território

Resumo: Museus são instituições capazes de construir signos e significados da identidade em um território. O objetivo deste artigo foi analisar como se integram o território e a identidade sertaneja ao Museu Casa do Sertão, instituição vinculada à Universidade Estadual de Feira de Santana, localizada no interior da Bahia, estado brasileiro. Buscou-se ainda analisar o papel dos museus e da museologia na construção da identidade nacional e regional, ante discussões pós-modernas sobre identidade. Este estudo descritivo tem finalidade aplicada no campo da Museologia, com temáticas transversais da Geografia. Foi realizado numa abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e documental. Como resultado, foi evidenciado que a estrutura institucional da Casa do Sertão faz com que esta apresente o território e a identidade sem considerar as relações de poder que atravessam suas definições. Concluiu-se que o museu precisa de autonomia financeira e de gestão para atuar de forma mais inovadora, o que permitirá a ampliação da discussão sobre a construção simbólica da identidade territorial que embasa a sua existência.

Keywords:

Museum

Identity

Territor

Abstract: Museums are institutions capable of constructing signs and meanings of identity in a territory. The objective of this research was to analyze how the territory and country identity are integrated into the Casa do Sertão Museum, an institution linked to the State University of Feira de Santana. We also sought to analyze the role of museums and museology in the construction of national and regional identity, in light of postmodern discussions about identity. This descriptive study has an applied purpose in the field of Museology, with transversal themes of Geography. It was carried out in a qualitative approach, with bibliographic and documentary reviews. As a result, it was evident that the institutional structure of Casa do Sertão causes it to present territory and identity without considering the power relations that permeate its definitions. It was concluded that the museum needs financial and management autonomy to act in a more innovative way, which will allow the expansion of the discussion on the symbolic construction of the territorial identity that underpins its existence.

Recebido em 21 de outubro de 2024. Aprovado em 30 de janeiro de 2025.

* Mestranda em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Servidora Pública Federal. E-mail: roberta145@gmail.com.

** Doutor em Educação e Contemporaneidade. Professor Titular Pleno na Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: zeraimundo@uefs.br.

Introdução

A cultura e as artes, além de seu papel fundamental para a democracia por seu poder de crítica e questionamento, se ligam diretamente ao desenvolvimento da sociedade e compõem as suas memórias, a sua história. Os museus, capazes de promover educação e preservação do patrimônio cultural, dentre outras funções, são instituições que contribuem nesse desenvolvimento. Têm sido considerados agentes de inclusão cultural e social, de sustentabilidade e de reconhecimento da diversidade e das identidades.

Os museus são instituições abertas ao público, sem fins lucrativos, responsáveis por pesquisar, conservar, expor e comunicar, de forma ética e profissional, o patrimônio material e o imaterial (ICOM, 2022). Devem ainda ser inclusivos, sustentáveis e contar com a participação da comunidade, proporcionando reflexão e partilha de conhecimentos (ICOM, 2022). Estas características compõem a mais recente definição de museu, de acordo o Conselho Internacional de Museus (ICOM), instituição profissional não-governamental fundada em 1946, referência mundial para o setor. Na legislação nacional, que disciplina com detalhes o setor, existe um Estatuto de Museus (Brasil, 2009), que também os define, seguindo linha semelhante ao ICOM¹.

As similares definições acima são atuais e os museus em funcionamento precisam a elas se adaptarem. Em conjunto, elas formam um arcabouço normativo institucional consolidado que busca contextualizar as instituições na sociedade contemporânea. Os primeiros museus brasileiros foram criados à semelhança dos museus europeus, sob um olhar positivista, preocupados com estudo e classificação dos objetos das coleções. Com o passar do tempo, pretendiam representar a nação através de seus acervos. Atravessaram a história do país construindo sentidos e narrativas das culturas e das identidades brasileira, e apenas recentemente, especialmente a partir da década de 1970, passaram a ser questionados sobre seu papel social.

Esse é o contexto do Museu Casa do Sertão, entidade que faz parte da Universidade Estadual de Feira de Santana-BA. O espaço, inaugurado na década de 1970, tem buscado promover o

desenvolvimento social e cultural do território onde se insere, sob a perspectiva da nova definição de museu, ao tempo em que, enquanto entidade patrocinada e estruturada pelo Estado, vê-se preso à institucionalidade que o formaliza.

O presente trabalho visa analisar como se integram o território e a identidade sertaneja ao Museu Casa do Sertão, tendo em conta que a polissemia destes conceitos não permite, por limitações metodológicas, serem aqui debatidos com a devida cautela. Sob a perspectiva das discussões pós-modernas, parte-se da ideia de os museus, assim como os territórios e as (múltiplas) identidades, estão sujeitos a relações de poder que os constroem. A compreensão dessa inter-relação contribui com a discussão “reiterada” e necessária do papel social dos museus (Cândido, 2014, p. 20).

Optou-se por uma pesquisa de natureza descritiva, com abordagem qualitativa, construída com base na integração entre as pesquisas bibliográfica e documental. Este estudo também se enquadra numa proposta de estudo de caso. Logo, espera-se que, apesar do corte empírico local, os resultados deste trabalho contribuam para a reflexão da relação entre museus, identidade e território.

O texto, estruturalmente, além de introdução e conclusão, conta com três seções. Apresenta a princípio um breve o contexto dos museus e da museologia. Em seguida, expõe as discussões sobre identidade, identidade territorial e museus, a partir de um arcabouço teórico dos autores pós-modernos. Por fim, traz a problemática da construção da identidade sertaneja, para então compreender como está musealizada na Casa do Sertão e como a entidade, apesar de institucionalmente centrada em um acervo relacionado à tal temática, constrói novas práticas sociais.

Museus, museologia e evolução do cenário museal

O Museu Nacional, instalado no Rio de Janeiro no século XIX, foi o primeiro do país. Sob o regime lusitano e escravocrata, era restrito a intelectuais, sem acesso do público em geral. Foi criado para transferir os ambientes europeus e seus valores universalistas, acompanhando a vinda da

família real, daí chamar-se inicialmente de Museu Real. A constituição dos imaginários nacionais pelos museus europeus foi seguida pelo Museu Nacional (Bennett, 1995; Duncan, 1997; Poulot, 1997; Boswell, 1999 apud Santos, 2000, p. 272).

Mas ainda no século XIX, com o crescimento da importância das ciências biológicas e das expedições ao redor do mundo, a história natural tomou lugar de destaque enquanto área de conhecimento. No Museu Nacional o “discurso universalista que reunia as antiguidades de Pompéia e as múmias do Egito ao legado cultural do país desfazia-se e dava lugar a um discurso universalista restrito às riquezas naturais” (Santos, 2000, p. 284). Outras entidades museológicas criadas naquele período seguiram a mesma linha, concentrando acervos ligados à história natural e ao saber enciclopédico, pesquisando e colecionando espécies, dando um caráter acadêmico às instituições.

Cresciam os estudos evolucionistas e com eles a justificativa científica do preconceito social e racial no país. Era possível ver como as entidades buscavam construir uma história nacional única, centralizada na figura do colonizador. Para a historiadora e socióloga Myriam Sepúlveda dos Santos:

Teorias evolucionistas que hierarquizavam raças e culturas tornavam-se predominantes e influenciavam lideranças nacionais. Ao longo da segunda metade do século dezenove, às expedições dos naturalistas foram se somando aquelas dos antropólogos e dos etnólogos, que procuravam esqueletos e objetos representativos das culturas primitivas. **O livro de tombos da seção de antropologia biológica do Museu Nacional** tem em seu registro as seguintes categorias de esqueletos e crânios: “animais”, “seres humanos”, “indígenas brasileiros”, “negros”, “negros africanos”, “mestiços”, “estrangeiros” e “não identificados”. (grifos nossos)

(...)

Enquanto teorias evolutivas separavam e hierarquizavam esqueletos de diferentes raças e culturas nos museus, teorias racistas exerciam grande influência sobre a elite intelectual e política do país em medidas que envolviam enorme poder de discriminação contra os não brancos (ibidem, p. 292).

Com o fim do Império e o início da República, era preciso estruturar a narrativa nacional, representada por

patrimônios, símbolos, monumentos – e museus – capazes de unificar a identidade. Prevaleciam as ideias positivistas e o patrimônio cultural deveria legitimar e construir um passado hegemônico, apoiado na estrutura política do Estado, que entendia que a chegada dos portugueses era o ponto de partida da história nacional.

Nesse contexto de criação da nacionalidade, surge o Museu Histórico Nacional em 1922, privilegiando a elite e seu legado, desconsiderando a grande parcela da população. Este museu exerceu importante papel no desenvolvimento das estruturas das demais entidades que surgiram posteriormente pois, Gustavo Barroso, criador e primeiro diretor da instituição,

foi o responsável pela criação do Curso de Museus, que, entre 1932 e 1970, formou técnicos para todo o país. **A ideologia patriótica, hierárquica, romântica, anticosmopolita e conservadora** de Barroso manteve-se presente na criação, em 1934, da Inspetoria dos Monumentos Nacionais (Santos, 2004, p. 57). (grifos nossos)

No mesmo ano de criação do Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro, acontecia em São Paulo a Semana de Arte Moderna, que trazia uma releitura da identidade nacional e um rompimento com o passado. A convite do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, Mário de Andrade redigiu o anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O escritor, expoente do modernismo, desejava ver o patrimônio preservado ser composto também por elementos da cultura popular, numa visão mais ampla sobre cultura nacional.

A criação do IPHAN marca a institucionalização da política cultural no país. O órgão era responsável por organizar e tomba aquilo que era considerado patrimônio histórico e artístico, sendo também responsável pela criação de museus. Mas não aconteceram grandes mudanças no cenário patrimonial pois, entre as práticas do órgão até os anos 1970, privilegiava-se a preservação de construções coloniais, igrejas católicas e arte sacra, palácios e palacetes (Chuva, 2017; Fonseca, 2017), o que deixava à margem a proteção legal das manifestações populares. Estas compunham grande

parte dos estudos dos pensadores modernistas, mas ficaram restritas ao campo intelectual.

Embora não haja registros oficiais sobre as atividades dos museus brasileiros no período do pós-guerra, sabe-se que mesmo após a criação do ICOM em 1946, do qual o Brasil é membro desde o início, essas entidades ainda eram pouco representativas de uma cultura diversificada, sendo que “a grande ênfase era dada à conservação das coleções e ao papel educacional dos museus. Eles, entretanto, entraram em crise na década de 1970, quando se passou a criticá-los como instrumentos de veiculação de discursos oficiais” (Santos, 2004, p. 58).

A mudança significativa dos museus – e da museologia – vem acontecer a partir de 1972 com a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, evento realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Conselho Internacional de Museus (ICOM)², que reuniu representantes político-culturais da América Latina para discutir o papel dos museus na sociedade. Fundamental na história dos museus, foi responsável por afirmá-los “como instituições sociais com agendas políticas” (Van Mensch apud Chagas et al, 2018a, p. 77).

Até então, a museologia dizia respeito ao estudo dos processos museológicos enquanto conjunto de práticas e procedimentos necessários para realização das exposições. Na busca por novos referenciais que incluíssem formas experimentais e diversas de museus, Hugues de Varine, arqueólogo, museólogo e historiador francês, desloca a visão de museu tradicional, definido como aquele composto pelo seu edifício, sua coleção e o seu público, para uma perspectiva mais ampla, intitulada Ecomuseu ou Museu Novo. Sob sua interpretação, o museu deve ter uma função social e deve ser composto pelo território, seu patrimônio e pela população a que atende:

O museu, além das definições acadêmicas, era e ainda é: edifício + coleção + público. Qual é a realidade desses três elementos e o que acontecerá ao museu nas próximas décadas? (...) O edifício é substituído por um território, que é o território bem definido de uma comunidade. (...) A coleção consiste em tudo o que há nesse território e tudo o que pertence aos seus habitantes, tanto imobiliário

como mobiliário, material ou imaterial. É uma herança viva, em constante mudança e criação. (...) O público é a população do território em questão como um todo, ao qual visitantes de fora da comunidade podem ser secundariamente adicionados (Stránský, 1974, p. 25).

Surgiu a ‘Nova Museologia’ e inaugurava-se uma nova linguagem, que “não se esgota num possível caráter simbólico e discursivo, ao contrário, tem impactos concretos e transformadores em muitos grupos sociais, em muitas iniciativas museais” (Chagas et al, 2018a, p. 77). A expressão Nova Museologia foi aos poucos substituída pelo termo sociomuseologia (ibidem, p. 83), mas se mantém a perspectiva baseada na ideia de um museu que procure estar mais conectado com a sociedade, comprometido com uma atuação no território onde se insere, e que “não é o resultado de uma construção teórica que quer, a todo custo, de cima para baixo, enquadrar os museus” (ibidem, p. 76), embora esta ainda seja uma realidade em muitas instituições.

Para Mário Moutinho, arquiteto, urbanista e antropólogo, um dos criadores do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM)³, organização criada em 1984 e afiliada ao ICOM (2024), a Sociomuseologia é uma área disciplinar de ensino, investigação e atuação, cuja a abordagem multidisciplinar permite a articulação da museologia com diversas outras disciplinas “das Ciências Humanas, dos Estudos do Desenvolvimento, da Ciência de Serviços e do Planejamento do Território” (2007, p. 39).

Dessa forma, a museologia atual busca, entre tantos aspectos, viabilizar que propostas democráticas, separadas do passado baseado numa história única, que possibilitem uma visão mais ampla do patrimônio histórico-artístico-cultural, a ser trabalhado também por vozes múltiplas. Desde a Mesa-Redonda em Santiago, o museu passa a ser visto como agente de mudança social, aspecto sob o qual se desenvolveu a Sociomuseologia. Os ecomuseus, os museus comunitários, os museus de território, os pontos de memória, e outras possibilidades de estruturá-los como espaços de participação social, vêm atender à noção de museu “integral” estabelecido naquele evento. Nesse sentido, ensinam Mário Chagas e Inês Gouveia

(...) quando falamos em museu social e museologia social⁴, estamos nos referindo a compromissos éticos, especialmente no que dizem respeito às suas dimensões científicas, políticas e poéticas; estamos afirmando, radicalmente, a diferença entre uma museologia de ancoragem conservadora, neoliberal, capitalista e uma museologia de perspectiva libertária; estamos reconhecendo que durante muito tempo, pelo menos desde a primeira metade do século XIX até a primeira metade do século XX, predominou no mundo ocidental uma prática de memória, história, patrimônio e museu inteiramente comprometida com a defesa dos valores das aristocracias, das oligarquias, das classes e religiões dominantes e dominadoras (Chagas; Gouveia, 2014, p.17).

Alguns museus têm assumido a posição de lugares capazes de gerar impactos sociais e culturais nos territórios onde atuam. Podem ser mais que ambientes de sociabilidade e fruição, conjugando ações capazes de fortalecer vínculos e reconhecer a existência de múltiplas pautas identitárias. Ainda assim, dado que muitas entidades estão vinculadas ao Estado, é difícil mudar o vetor de atuação centrado nas coleções voltadas para o passado. Há a inegável modernização de suas práticas junto à comunidade, mas sua concepção ainda está limitada à institucionalização enquanto valor em si mesmo.

Os acervos e as práticas museológicas têm buscado expressar diferentes identidades, territorialidades e temporalidades. Temáticas anteriormente ignoradas, subalternizadas, referentes por exemplo, às mulheres, aos negros, aos indígenas, à população LGBTQIAPN+, às periferias, à decolonialidade e à repatriação de patrimônio, tem estado cada vez mais presentes em espaços museológicos. Mas é preciso também extrapolar a representação para alcançar a representatividade, para que tais temáticas não sejam somente objeto de exposição, mas agentes fundamentais na produção e organização das narrativas a serem expostas.

Identidade, território e museus

A identidade é uma ideia ambígua e com diferentes significados (Bauman, 2005, p. 82). Para

as ciências sociais, o conceito de identidade “é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido”, como ensina Stuart Hall (2005, p. 8). O autor traz três concepções de identidade do sujeito ao longo do tempo: do Iluminismo, sociológico e pós-moderno.

O sujeito do Iluminismo seria aquele racional, que buscava compreender o mundo ao seu redor a partir do conhecimento, sobre o qual “alguns argumentam que ele foi o motor que colocou todo o sistema social da “modernidade” em movimento” (ibidem, p. 25). Mas a “crescente complexidade do mundo moderno”, fez surgir o sujeito sociológico, cuja identidade é formada pela relação com outras pessoas, com os “mundos culturais” (ibidem, p. 11).

Já o sujeito pós-moderno é aquele que não possui uma identidade fixa, já que ela é “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpretados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (ibidem, p. 13). Ele conclui (provisoriamente) que as identidades culturais estão sempre em processo, sempre em construção, podendo ser enfraquecidas, fortalecidas, ou ainda hibridizadas pelas mudanças do mundo moderno e a globalização, responsável pela “pluralização” dessas identidades. Ainda segundo Hall, as identidades “emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder, e são assim mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída” (Hall, 2014, p. 109).

Kathryn também acredita que as identidades – assim como as diferenças – estão em constante mudança, sendo que a identidade precisa de conceitualizações e é “relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades” (Woodward, 2014, p. 13). Sob seu olhar,

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença (ibidem, p. 40).

A autora acrescenta ainda que as identidades não são unificadas, podendo haver contradições a serem negociadas em seu interior, a depender da

situação apresentada, envolvendo reivindicações sobre pertencimento a um grupo identitário (o que pode estar baseado em etnia, raça, parentesco ou ainda na história e no passado). As condições sociais e materiais também vinculam a identidade, somadas à marcação simbólica, que “é o meio pelo qual damos sentido a práticas e as relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído” (ibidem, p. 14). Ademais, a conceitualização da identidade abrange a análise dos “sistemas classificatórios que mostram como as relações sociais são organizadas e divididas” (ibidem, p. 14), ou seja, esses sistemas são representativos das relações de poder.

A Identidade e a diferença como criações sociais e culturais também são trazidas por Tomaz Tadeu da Silva. Para o autor, elas são resultado do “processo de produção simbólica e discursiva” (Silva, 2014, p. 81), que está sujeito às relações de poder. Nessa perspectiva:

A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão em estreita conexão com as relações de poder. O poder de definir a identidade e marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (ibidem).

Para Rogério Haesbaert, as identidades também são múltiplas e estão sujeitas às relações de poder da sociedade. Possuem um sentido histórico, ligada ao passado e às memórias, e um sentido espacial, ligado ao presente, à perspectiva geográfica (2007, p. 33). Quanto a esta, território e territorialidade⁵ são os referenciais espaciais das identidades, de forma que “identidade e território podem cruzar-se em diferentes perspectivas, desde o nível mais individual (...) até aquele envolvendo amplos grupos sociais, como no caso das tradicionais identidades regionais e nacionais” (ibidem, p. 36). O autor entende que o território possui

uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto,

uma forma de apropriação)” e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [e político-econômico, podemos acrescentar]: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (ibidem, p. 41).

Seguindo a linha dos autores acima, Haesbaert também considera que a identidade se constroi contrastivamente em relação ao outro, acrescentando que a identidade territorial é uma forma de identificar e classificar grupos sociais, muitas vezes influenciada pela percepção externa, do “outro”. O território, assim, é fundamental conforme sua visão, para a construção da identidade, tanto para as concepções de cima para baixo, estabelecidas pelo poder hegemônico, como se dá, por exemplo, com a ideia de nação, quanto para aquelas de baixo para cima, formuladas pelos movimentos de resistência, como na luta dos povos tradicionais pela demarcação.

Sendo as identidades territoriais as dimensões simbólicas presentes no território, Haesbaert considera ainda que

Pode-se partir da própria discussão sobre a natureza do “simbólico”. Se as identidades sociais são simbólicas, os símbolos que compõem uma identidade não são construções totalmente arbitrárias ou aleatórias, eles precisam ancorar-se em referentes materiais ou, em outras palavras, têm sempre uma fundamentação política “concreta”. “As marcas da identidade não estão inscritas no real”, diz Penna, mas “os elementos sobre os quais as representações de identidade são construídas são dele selecionadas”. E esta seleção, devemos salientar, está sempre associada a determinadas estratégias sociopolíticas (ibidem, p. 42).

(...)

Uma das bases, portanto, que pode dar mais consistência e eficácia ao poder simbólico na construção identitária, diz respeito aos referenciais espaciais, materiais (no presente ou no passado) aos quais a identidade faz referência. A estes referenciais Bernard Poche, ao trabalhar com as identidades regionais, denominou “espaços de referência identitária” (ibidem, p. 43).

Os museus são espaços onde a identidade se mostra através do simbólico. Tais símbolos, como

dito acima, não são construções eventuais, mas representações das forças políticas e culturais. Os pressupostos teóricos apresentados trazem a identidade como processo contínuo, em constante mudança, ligada essencialmente às relações de poder que compõem a sociedade. Quanto aos museus, também pode se dizer que estão em constante processo desde a sua concepção mais antiga, sendo instituições que também refletem, através daquilo que elegem como patrimônio, as relações de poder da sociedade.

Dessa forma, museus são entidades que atuam na formação, afirmação e também no silenciamento das identidades. Ao lidar com a construção da memória, fazem parte da própria história e devem ser questionadas enquanto instituições que “têm uma relação de poder em relação ao “outro” que eles representam. Embora seu poder não seja ilimitado, os museus oficiais são capazes de propor e consolidar novos significados a partir de uma exposição de objetos” (Chagas; Santos, 2007, p. 19).

Para o historiador Ulpiano T. B. de Meneses, o museu é “território das identidades”, onde a exposição é vista como “privileged arenas for presenting images of self and other” (Karp 1951: 15; ver também Abranches 1983). Seria ingênuo imaginar a ausência, aqui, das molas do poder” (Meneses, 1993, p. 212)”. Ao preservarem a memória, construída no presente, com base em ideais e valores que refletem as hierarquias sociais, devem ser capazes de questionar o discurso hegemônico.

Desde seu surgimento, os museus foram usados como espaços – materiais e simbólicos – de afirmação da territorialização por meio da construção do referencial de nação. Mas no Brasil “não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos” (Ortiz, 1986, p. 8). Daí que a evolução da noção de museu em um edifício para a noção de museu em um território, serve para embasar a busca da substituição daquela identidade nacional unificada por identidades culturais múltiplas, democráticas.

Para Mário Chagas, ainda há uma certa resistência a ideia de um museu desterritorializado –

no sentido de que o território do museu era o seu edifício. Seu território passou a ser “a sua área de abrangência, que pode ser local, estadual, regional, nacional ou internacional” (Chagas; Pires, 2018, p. 294). Mas a diversificação das narrativas identitárias das instituições museais é recente e ainda insuficiente diante da pluralidade cultural brasileira. Iniciativas de caráter mais amplo, em geral, vem dos movimentos de resistência, de baixo para cima, como no Museu da Maré, onde Boaventura de Sousa Santos registrou suas impressões no livro de visitas:

Este museu não pode sair daqui. Fica. Estou emocionado pela riqueza humana e cultural que vim encontrar neste Museu da Maré. Estive aqui há 45 anos, a Maré era outra e muito mais longe da dignidade. Nas piores condições políticas sociais, no meio do racismo e da discriminação, esta comunidade maravilhosa conseguiu construir uma vida digna numa sociedade que não cessa de os criminalizar. Este museu é a prova mais eloquente da vitalidade e da criatividade desta comunidade. **É um museu contra-hegemônico** que conta a dignidade das classes populares. A tecnologia museológica que está aqui é uma demonstração maravilhosa do que chamo ecologia dos saberes: o diálogo entre o saber popular e o saber técnico na construção da emancipação (ibidem, p. 296-297). (grifos nossos)

O diálogo com os territórios onde estão situados tem sido a abordagem comum dentre os museus que vem buscando cumprir sua função social. Há a percepção por parte das instituições da necessidade de serem locais de reflexões e debates, ao invés de espaços de contemplação. Os museus de base comunitária, como os de território, são exemplos dessa busca, ao dar protagonismo aos habitantes, que elegem o acervo e decidem sobre sua extroversão. Embora também não sejam “museus inocentes” (Ramos, 2004, p. 14), proporcionam que objetos, saberes e patrimônios das mais diversas culturas possam ser preservados.

O sertão e o museu casa do sertão

A noção de sertão está presente na história do Brasil desde o período colonial. As diversas formas de interpretar os seus significados foram feitas tendo

em conta diferentes interesses políticos e intelectuais. Cumpre esclarecer que não se pretende aqui trazer a discussão sobre as delimitações conceituais sobre o território do sertão e seus muitos usos em todo o país, mas expor algumas referências sobre as identidades sertanejas – que são múltiplas.

No período colonial, com o adensamento da população na costa, “compreendia-se que o sertão estava logo após o litoral” (Freitas, 2014, p. 110). O espaço vazio, não colonizado, afastado do mar, e habitado por não cristãos era considerado sertão. Era comum a referência às regiões semiáridas do interior do país onde havia criação de gado, engenhos de açúcar e extração de minerais como sertão.

Como mencionado anteriormente, com a República veio a necessidade de produzir uma imagem unificada do país. O sertão, naquele momento de construção da identidade nacional, passa a ser retratado na literatura e na historiografia como o Brasil original, longe das influências externas a que estava sujeito o litoral, o “Brasil puro seria o do interior, o do sertão, imune às influências externas, conservando em estado natural os traços nacionais” (Sodré, 1982, p. 323).

No decorrer do século XX, a partir das afirmações naturalistas, deterministas e racistas de intelectuais como Euclides da Cunha – as mesmas que fundamentavam o livro de tombos da seção de antropologia biológica do Museu Nacional, mencionado acima –, o sertão e as pessoas que o habitam são retratados de forma contraditória, ora como fortes, ora como símbolos do atraso. Mas acima disso, eram os não brancos, indígenas, negros e mestiços marcados como não civilizados, sujeitos às intempéries da paisagem seca que os cercava o que acentuava a sua “diferença” em relação ao restante do país.

Havia um conflito regional onde, o Norte/Nordeste do país era visto como rural, pobre e habitado por não brancos, ao passo que o Sul/Sudeste foi escolhido como símbolo do desenvolvimento e da civilidade. Logo, com as “práticas regionalizantes”, o Nordeste “deixa de ser simplesmente a área seca do Norte, para se tornar uma identidade racial, econômica, social e cultural à parte” (Albuquerque Jr., 2011, p. 342). O sertão e o Nordeste são então retratados como sinônimos e, “nenhuma palavra é mais ligada à história do Brasil e,

sobretudo à do Nordeste do que a palavra SERTÃO” (Barroso, 1962, p. 35).

Os estados do Nordeste são retratados desconsiderando a diversidade cultural entre eles, atribuindo uma identidade única ao sertanejo, conferida de maneira homogênea, com características que mesclam a violência da figura do cangaceiro, a presença do catolicismo, o autoritarismo dos coronéis e a simplicidade do povo pobre. Para o historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr.,

O que se chama hoje de “cultura nordestina” é um complexo cultural, historicamente datável. É fruto de uma criação político-cultural, que tende a diluir as próprias diversidades e heterogeneidades existentes neste espaço, em nome da defesa “de seus interesses e de sua cultura” regionais, contra o processo de diluição nacional ou no internacional. (...) alguns dos mecanismos de saber e poder que produziram estas fraturas regionais e deram a elas suas identidades (2011, p. 352).

Tal identidade reflete as relações de poder e seu sentido espacial no decorrer do tempo, sendo afirmada tanto pelos “outros” como pelos próprios moradores da região, pois as identidades territoriais requerem que “os habitantes de um determinado território se reconhecem, de alguma forma, como participantes de um espaço e de uma sociedade comuns” (Haesbaert, 2007, p. 44).

Criou-se um estereótipo do sertanejo nordestino que é reproduzido então pela mídia, ainda de acordo com Albuquerque Jr. (2011) e se fixa no imaginário, apartado de uma compreensão histórica e simbólica de como foi produzido. As representações materiais e imateriais do território e das pessoas que ali vivem são expressas por imagens, símbolos e discursos que formam o mosaico a que se denomina cultura sertaneja, expressas pela música, pelo cinema, pela dança e imortalizada nas obras de autores como Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Guimarães Rosa e Ariano Suassuna.

Consolidou-se uma identidade para o sertão nordestino, vinculada ao território, reunida numa teia cultural que se expressa na culinária, nas artes, nos modos de fazer, na religião e que possui,

inclusive, uma imagem a si atrelada. Para Albuquerque Jr.,

(...) o Nordeste é uma invenção recente na história brasileira.

(...)

o Nordeste quase sempre não é o Nordeste tal como ele é, mas é o Nordeste tal como foi nordestinizado. Ele é uma maquinaria de produção, mas, principalmente, de repetição de textos e imagens. (...) estas imagens e textos alcançaram tal nível de consenso e foram agenciadas pelos mais diferentes grupos, que se tornaram “verdades regionais” (Albuquerque Jr., 2011, p. 341; 348).

É nessa região inventada que se localiza Feira de Santana. Retrocedendo ao momento histórico onde o sertão era tudo o que não fosse litoral, de acordo com a professora Nacelice Freitas, Feira de Santana ainda não aparecesse em mapas, ao contrário de outras cidades próximas, mas era “território reservado para despontar no espaço da acumulação, situada nas rotas dos caminhos do gado que se entrecruzavam para atingir o porto. É sertão. Lugar de pasto para alimentação do gado, lócus de origem da Vila de Feira de Santana” (2014, p. 108), foi “fundado em bases espaciais sertanejas” (ibidem, p. 367).

Criado em 1833, o município de Feira de Santana, ainda de acordo com a autora, mais tarde foi batizado de “Princesa do Sertão” por Ruy Barbosa e “Território de Identidade Portal do Sertão” por decisão política (ibidem).

Quando completava 145 anos de criação, recebia o Museu Casa do Sertão, em 1978. Foi edificado no campus da Universidade Estadual de Feira de Santana pelo Lions Clube local, e passou a ser administrado pela instituição de ensino, de forma que a entidade tem mais de 45 anos⁶. Nasceu do entendimento da necessidade de preservação e salvaguarda da cultura popular construída para representar o sertão nordestino, para “evocar as lembranças de tempos passados, de vivências e culturas locais supostamente suplantadas, ou em processo de silenciamento nos modos de viver no cotidiano” (Caldas, Jacson L. apud UEFS, 2018, local 8), além disso,

comporia uma narrativa sobre a identidade de um sertão baiano, de uma Feira de Santana que carecia de um lugar para a escrita de sua história. Seria um espaço de objetos escolhidos, selecionados enquanto aparatos de memória, que possibilitariam a construção e salvaguarda de um passado sancionado pela ideia de construção de uma cidade desenvolvida, pois, no futuro, o que não seria tocado/sentido no hábito cotidiano, poderia ser visto em exposições no museu (ibidem).

Seu acervo conta com mais de mil peças, como artefatos em couro, cerâmica, matrizes de xilogravuras, literatura de cordel, mobiliário, dentre outros (UEFS, 2024). Sua coleção inicial:

...referendou um processo simbólico de práticas que configuraram uma identidade sertaneja reunindo “peças de funilaria (fifós, utensílios domésticos, peneiras, chaleiras, etc.), material de caça e pesca (espingardas, badoque, muzuá, arataca, atiradeira, besta, etc.), peças agropastoris, cerâmica artística e utilitária, artigos de fibras e couro” com validade para a escrita da história do sertão baiano pela narrativa de uma “cultura popular de identidade sertaneja (Jornal A Tarde apud UEFS, 2018, local 15).

Museus regionais, como o Casa do Sertão, surgiram como alternativas aos modelos de museus que reforçavam o discurso de nação unificada. No Manifesto Regionalista, documento que Gilberto Freyre teria publicado em 1926, havia referências a questões museais, onde ele afirmava querer “museus com painéis de barro, facas de ponta, cachimbo de matutos, sandálias de sertanejos (...), e não apenas com relíquias de heróis de guerras e mártires de revoluções gloriosas” (1976, p. 62 apud Chagas, 2009, p. 129), já que o movimento buscava defender os valores regionais e tradicionais. Dois anos antes ele já havia publicado um artigo onde expunha que Pernambuco precisava de um museu capaz de reunir os valores da cultura regional e o que há de mais típico nela (ibidem).

Em 1978, ano de criação da Casa do Sertão, os museus de Antropologia, de Arte Popular e do Açúcar, todos em Pernambuco e de temáticas regionais, já eram instituições consolidadas e, no ano seguinte, seriam reunidas no Museu do Homem do Nordeste, sob a administração do Instituto Joaquim

Nabuco de Pesquisas Sociais, idealizado por Gilberto Freire, para quem a região

aparecia nesse discurso museal como alguma coisa dada e acabada. A identidade regional, em consequência, era considerada como uma espécie de essência mágica e poderosa aparentemente capaz de aplinar tensões, diluir conflitos, fazer esquecer a “gota de sangue” e garantir a preservação das tradições locais, tais como eram e deveriam continuar sendo (ibidem, p. 143).

Outros museus pelo Norte e Nordeste foram contagiados pelas ideias de Freyre sobre a força regional e a necessidade de sua representação. Para Mário Chagas, há dois problemas principais na “imaginação museal” de Gilberto Freyre e sua perspectiva regional totalizante: a representação do Nordeste não poderia ser total, pois não seria possível sintetizá-lo e, outro aspecto seria o ponto de vista “a partir da ótica da casa-grande” (2009, p. 145).

O Museu Casa do Sertão é um espaço que institucionaliza o sistema de representação cultural construído para o território do sertão nordestino como comunidade simbólica unificada. Tem o Estado como seu promotor e articulador e, assim como outros espaços contemporâneos, foi idealizado a partir de uma “imagem que sempre se repete (...) no sentido de localizar estes elementos garantidores da identidade, da semelhança, da homogeneidade do espaço e da fixação deste olhar e deste falar “nordestino” e sobre o Nordeste” (Albuquerque Jr., 2011, p. 80-81), construído pelos intelectuais e artistas, pela “elite tradicional” (ibidem, p. 93), que escrevia da varanda da casa-grande.



Figuras 01 – Imagens ilustrativas do acervo e da exposição fotográfica de Miguel Teles, Tangerinos: Rastros de Bois, Caminhos da Saudade.



Figuras 02 – Imagens ilustrativas do acervo e da exposição fotográfica de Miguel Teles, Tangerinos: Rastros de Bois, Caminhos da Saudade.



Figura 03 – Imagem ilustrativa do acervo.



Figura 04 – Imagem ilustrativa da exposição das obras da ceramista Crispina dos Santos⁷.

A entidade está baseada nesse referencial imagético-discursivo da identidade do sertão e seu território, cujas temáticas expositivas estão vinculadas ao que é “típico”. Para Ulpiano T. B. de Meneses, os museus não deveriam expor o “típico”, mas mostrar a sociedade como se constroem a tipicidade e o estereótipo, inclusive do ponto de vista hierárquico. Na visão do historiador, os museus devem ser lugar de questionamento, não de contemplação, devendo ainda criarem condições para que haja o entendimento da formação da identidade, ao invés de deixar-se embarçar na rede

ideológica (ibidem, 213), ao que acrescenta:

O museu local/regional seria aquele em que os processos de identidade encontrariam o espaço mais aceitável de expansão. Entretanto, não há por que excluí-los dos riscos. Não há, em nossa sociedade, realidade regional/local que seja homogênea e estática. Daí o perigo de tais museus exercerem papéis compensatórios de refúgio para simbolicamente "recuperarem" uma unidade perdida ou (o que é pior) de espelhos em que narcisisticamente se procure a devolução da imagem que já tinha sido atribuída a si próprio - e que agora retoma sedutora, pronta a se transformar num termômetro com o qual se mede (etnocêntrica) toda a realidade. G.H. Riviere, o grande mentor do museu socialmente responsável e inspirador dos ecomuseus, sempre chamou a atenção para estes desvios, seja do museu-refúgio, seja do museu-espelho (d. Raphael & Herbérich-Marx 1987:87) (1993, p. 213).

Faz-se necessário compreender que o Museu Casa do Sertão, assim como tantas outras entidades, está preso numa institucionalidade construída de cima para baixo. O museu constitui um órgão suplementar da Universidade Estadual de Feira de Santana, subordinado diretamente ao Gabinete da Reitoria, está localizado dentro do campus e obedece ao seu horário de funcionamento e conta com um enxutíssimo corpo técnico de menos de dez servidores (UEFS, 2018).

Ademais, possui plano museológico, conforme determina a legislação (Brasil, 2009), mas sua implementação fica prejudicada, pois não possui autonomia financeira. A inclusão dos gastos do museu nas despesas gerais da universidade gera uma invisibilidade orçamentária, apontada no documento como grande obstáculo para a realização de novos projetos (UEFS, 2018).

A sua gestão inclui o atendimento aos públicos interno e externo, os cuidados de conservação do prédio e do acervo, além das ações de pesquisa, comunicação e exposição, tudo isso contando apenas com o repasse de verba da universidade, pois não há receita de bilheteria, já que a visitação é gratuita (UEFS, 2019). Esse cenário, comum a diversas entidades, impõe rotinas de trabalho adstritas à inovação das práticas museais,

mas sob as mesmas concepções. Para Ana Silva Bloise:

A realidade dos pequenos museus do interior é bem diferente e, assim como acontece em outras áreas da produção da cultura, a gestão é o elo mais frágil de uma cadeia de necessidades e lacunas não satisfatoriamente resolvidas. Podemos dizer que a gestão da maioria desses museus localizados fora dos grandes centros é feita através desta fórmula: muita boa vontade, poucos recursos financeiros e humanos, quase nenhum acesso a tecnologias e conhecimento especializado. Nos pequenos museus não se trabalha sem uma grande dose de dedicação pessoal e muita flexibilidade (Bloise, 2011, p. 44).

Nessa conjuntura, a autonomia financeira e de gestão da entidade museológica é o ponto inicial para uma atuação mais independente e inovadora. Provocar o questionamento sobre a formação da identidade, adotando novas concepções desprendidas do olhar contemplativo, requer que o museu possa atuar com liberdade. Isso dará a entidade o reconhecimento do seu papel multifuncional, auxiliar da pesquisa, do ensino e da extensão, efetivando a premissa de ser instrumento de mediação entre universidade e sociedade (UEFS, 2018).

Importa acrescentar que, embora retrate referências estabelecidas, a Casa do Sertão adota também práticas de transmissão do patrimônio cultural atual. É um espaço que mantém relações muito imediatas com a comunidade, principalmente através das políticas de extensão. Tem buscado retratar as mais diversas manifestações da cultura local, com exposições e ações educativas variadas que envolvem as temáticas indígena, o feminino, o território e sua população, estabelecendo uma inter-relação da dimensão cultural, simbólica e concreta do espaço.

Artistas locais são presença constante nas atividades, o que permite ao público fruição diversa do espaço em interação com os agentes culturais, numa experiência que transcende a mera extroversão do acervo e valoriza o patrimônio que se constrói no presente.

Considerações finais

O presente trabalho buscou retratar os museus são lugares de memória, não só do passado, mas também do presente, que tem renovado sua forma de conservar e comunicar os patrimônios que salvaguarda. Lugar onde muitos discursos são elaborados como reflexo do contexto histórico, mas também onde podem ser discutidos, criticados e reconstruídos. Dispõem de um referencial simbólico que pode ser usado como recurso à serviço do território e da identidade, tendo em conta que estes não são fixos ou limitados, mas polissêmicos e também compostos de seus próprios referenciais simbólicos.

Considerando que a identidade é um componente do território e este, por sua vez, é formado pelas dimensões política e cultural, é possível compreender que a identidade territorial é atribuída por grupos sociais como meio de controle simbólico. Ademais, a identidade é definida historicamente, por isso não é fixa e os símbolos que a representam não são fruto da eventualidade, mas prolongamento da hegemonia, capaz de silenciar certas memórias.

Identidade, território e o museu Casa do Sertão são simultâneos, estão sujeitos a relações de poder que os atravessam e, por isso, estão em movimento. Entretanto, o museu guarda uma complexidade organizacional, dividido entre suas responsabilidades técnicas e questões ideológicas. Precisa cumprir suas funções atreladas ao ensino, a pesquisa e a extensão, além de suas funções enquanto espaço de memória e preservação da história. Está sob a tutela do Estado, presa a institucionalização que limita a sua atuação, o que lhe permite a inovação de suas práticas museológicas, mas não permite a mudança de sua concepção.

Os museus do mundo líquido moderno precisarão ir além de representar as identidades de alguma forma já classificadas, para discuti-las sob a perspectiva de poder, como fator de opressão, de estereotipização, de estigma. Questões identitárias, étnicas e comunitárias atuais são capazes de contribuir para a ressignificação do patrimônio cultural e para repensar o papel dos museus como locais de preservação deste.

Nesse sentido, a presente pesquisa objetivou

analisar como se integram o território e a identidade sertaneja ao Museu Casa do Sertão. Apesar de não ter sido possível o aprofundamento das discussões sobre os conceitos de identidade e território, as noções trazidas permitiram verificar que o patrimônio cultural salvaguardado pelo museu foi concebido sob a perspectiva da representação hegemônica elaborada no contexto da questão nacional, desprendido do conjunto de valores por trás de sua constituição.

A mudança desse paradigma precisará superar as práticas há muito tempo enraizadas na atuação museal. A sua função social, a responsabilidade sociocultural e superação da eleição do acervo como um valor em si mesmo são questões muito recentes e ainda em discussão. Tal conjuntura impõe a necessidade de aprofundamento de estudos no sentido de atualizar o fenômeno museológico, capaz de ser um instrumento da memória, mas também instrumento de discussão de sua formação histórica.

Notas

1 Para saber mais sobre o assunto, consultar: https://www.icom.org.br/?page_id=2776.

2 A Mesa-Redonda de Santiago reuniu representantes po1. A Mesa-Redonda de Santiago reuniu representantes político-culturais da Costa Rica, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Panamá, Peru e Uruguai. Discutindo os problemas centrais da museologia latina, foi lá que surgiram pela primeira vez os termos “museu integral” e “sociomuseologia” (Nascimento Júnior, 2012).

3 O MINOM “reúne indivíduos que se dedicam à museologia ativa e interativa. Está aberto a todas as abordagens que façam do museu um instrumento de construção e desenvolvimento da identidade da comunidade. O MINOM favorece as relações cooperativas entre usuários e profissionais, bem como a colaboração intercultural” (2024).

4 Mário Chagas utiliza sociomuseologia e museologia social como sinônimos, destacando que há uma tendência em reproduzir o discurso colonialista na possibilidade de diferenciação entre elas (2018a, p. 87).

5 Para Haesbaert, o território possui uma dimensão concreta, de caráter político-disciplinar e político-econômico, além de uma dimensão simbólica, cultural. Já a territorialidade é “algo abstrato”, está mais ligada à maneira como as pessoas utilizam a terra, organizam o espaço e lhe dão significado (2007, p. 41).

6 A Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), possui quatro museus sob sua administração, que ocupam diferentes posições na organização institucional. A Casa do Sertão, objeto deste trabalho, foi o primeiro a ser inaugurado. Faz para da entidade o Centro de Estudos Feirenses (CENEF), que constitui a Biblioteca Setorial Monsenhor Renato de Andrade Galvão – que conta com mais de quatro mil exemplares dedicados à história local e regional, inclusive jornais dos séculos XIX e XX (UEFS, 2023). No museu há também o Pavilhão Anexo Lucas da Feira, que guarda peças e máquinas de um contexto rural antigo, tal como carros de boi e prensas de casas de farinha. O nome faz referência à figura histórica regional que se rebelou contra a escravidão.

7 Todas as figuras constituem registros fotográficos por Hortência Sant'Ana (UEFS, 2023).

Referências

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez. 2011.
- BARROSO, Gustavo. **À margem da História do Ceará**. Imprensa Universitária do Ceará. Fortaleza, CE: 1962.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2005.
- BLOISE, Ana Silvia. O desafio da gestão dos pequenos museus. *In*: Sistema Estadual de Museus de São Paulo (Org), **Museus: o que são, para que servem?** São Paulo: ACAM Portinari. p. 43-49, 2011.
- BRASIL. Lei n. 11.904, de 14 de janeiro de 2009. **Institui o Estatuto dos Museus e dá outras providências**. Brasília, DF, DOU: 15 jan. 2009.
- CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Orientações para Gestão e Planejamento de Museus. **Coleção Estudos Museológicos**, v. 3, Florianópolis: FCC, 2014.
- CHAGAS, Mário; SANTOS, M. S. dos. A linguagem de poder dos museus. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário; SANTOS, Myriam Sepúlveda dos (Org.). **Museus, Coleções e Patrimônios**: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- CHAGAS, Mário; **A Imaginação Museal**: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.
- CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). **Revista Cadernos do CEOM**, v. 27, n. 41, p. 9-22, 2014.
- CHAGAS, Mário; PRIMO, Judite; Storino, C.; ASSUNÇÃO, Paula. A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. **Cadernos de sociomuseologia**, v. 55, n. 11, p. 73-102, 2018a.
- CHAGAS, Mário; PIRES, Vladimir S. (Orgs). **Território, museus e sociedade: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade**. Rio de Janeiro, RJ: Unirio; Instituto Brasileiro de Museus, 2018b.
- CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **O descoroamento da Princesa do Sertão: de "chão" a território, o "vazio"** no processo de valorização do espaço. 2014. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2014.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In ARAUJO, Frederico G. B.; HAESBAERT, Rogério (org.) de. **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2005.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ICOM - INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. **Nova Definição de Museu**, 2022. Disponível em: https://www.icom.org.br/?page_id=2776. Acesso em: 03 jun. 2023.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). **Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material**. São Paulo, SP: Museu Paulista, n. 1, p. 207-222. 1993.

MOUTINHO, Mario. Definição evolutiva de Sociomuseologia. **Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa, v. 28, n. 28, p. 39-44. 2007.

MINOM - MOVIMENTO INTERNACIONAL PARA UMA NOVA MUSEOLOGIA, 2024.

Sobre. Disponível em:

<https://www.minom-portugal.org/sobre/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

NASCIMENTO JUNIOR, José do; TRAMPE, Alan; SANTOS, Paula Assunção dos (Orgs). **Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972**. Brasília: Ibram/MinC;Programa Ibermuseos, v.1; 235 p. 2012.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2ª edição. Editora Brasiliense. 1986.

PIRES, Débora de Oliveira (Org.). **200 anos do Museu Nacional. Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Associação de Amigos do Museu Nacional, 2017. Disponível em: https://www.museunacional.ufrj.br/200_anos/doc/200_anos_do_Museu_Nacional.pdf. Acesso em: 02 mar. 2023.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino da história**. Chapecó: Argos, 2004.

SANTOS, Myriam S. Os museus brasileiros e a constituição do imaginário nacional. **Sociedade e estado**, v. 15, p. 271-302, 2000.

SANTOS, Myriam S. Museus brasileiros e política cultural. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 19, p. 53-72, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e Diferença: A perspectivas dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura**

Brasileira. São Paulo, editora Difel, 1982.

STRÁNSKÝ, Zbyněk Z. **Brno: Education in Museology.** Museological Papers V, Supplementum 2. Brno: J. E. Purkyně University and Moravian Museum, 1974. p. 25.

UEFS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. Museu Casa do Sertão e Centro de Estudos Feirense (MCS). **Plano Museológico**, Feira de Santana, 2018.

UEFS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. **Relatório de Gestão 2015/2019**, 2019. Disponível em:
http://www.asplan.uefs.br/arquivos/File/Relatorio_Gestao_2015_2019.pdf. Acesso em: 3 mai. 2023.

UEFS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. **Museu Casa do Sertão**, 2023. Feira de Santana, 2023. Disponível em:
<https://www.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=119>. Acesso em: 02 mar. 2023.

UEFS, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. **Museu Casa do Sertão**, 2024. Disponível em: <https://mcs.uefs.br/exposicoes/exposicoes-anteciores>. Acesso em: 02 jun. 2024.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.